



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
PRESIDÊNCIA DO TRF 5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 00008/2014

26/03/2014

EMENTA: Dispõe sobre a reestruturação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, de que trata a Lei nº 12.665/2012.

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais;

Considerando o provimento de cargos de Juiz Federal de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, de que trata a Lei nº 12.665/2012, observadas as disposições da Resolução nº 198/2012-CJF, do Conselho da Justiça Federal;

Considerando o decidido na Sessão Plenária de 26/03/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - As Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Justiça Federal da 5ª Região, com localização nas sedes das Seções Judiciárias, passam a funcionar, a partir de 31/03/2014, com a estrutura de cargos de Juiz Federal criada pelo art. 3º, Inciso V, da Lei nº 12.665/2012, a seguir descrita:

I – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Alagoas:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

II – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.

4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

III – 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

IV – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Paraíba:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

V – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

VI – 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

VII – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

VIII – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe:

1. 1ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
2. 2ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
3. 3ª Relatoria, com provimento por Juiz Federal da estrutura permanente das Turmas Recursais.
4. Suplência, com provimento por Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto designado em regime de mandato.

§ 1º - Ocuparão os cargos de Juiz Federal das Relatorias permanentes das Turmas Recursais criados pelo art. 3º, Inciso V, da Lei nº 12.665/2012, os Juízes Federais removidos ou promovidos para tais lotações.

§ 2º - O Plenário do Tribunal, à vista de lista de candidatos às vagas temporárias das Turmas Recursais organizada pelo Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, designará Juízes Federais ou Juízes Federais Substitutos para atuarem, em regime de mandato de 02 (dois) anos, sem prejuízo da jurisdição originária, na Suplência de todas as Turmas Recursais da 5ª Região.

§ 3º - Permanecerão designados, até o término do mandato em curso, os Magistrados que atualmente integram as Turmas Recursais na condição de suplentes.

Art. 2º - A Presidência de cada Turma Recursal será exercida, pelo prazo de 02 (dois) anos, pelo membro permanente mais antigo, que será sucedido pelo integrante permanente que ainda não tenha exercido esse cargo ou que esteja há mais tempo sem ocupá-lo, observada a ordem decrescente de antiguidade.

Parágrafo único – O Presidente da Turma Recursal será substituído, nas férias, licenças, afastamentos e impedimentos, pelos demais membros por ordem decrescente de antiguidade.

Art. 3º - Receberão distribuição processual os membros permanentes das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Justiça Federal da 5ª Região.

Parágrafo Único - O membro suplente de Turma Recursal não receberá distribuição ordinária de feitos e atuará durante férias, licenças, afastamentos ou impedimentos dos membros em atuação nas Relatorias.

Art. 4º - A partir de 31/03/2014 haverá redistribuição processual na seguinte proporção:

I - Serão redistribuídos para a 3ª Relatoria das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias dos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte um terço dos processos em efetiva tramitação na 1ª e 2ª Relatoria de cada Colegiado.

II – Serão redistribuídos para as 2ª e 3ª Relatorias da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, um terço dos processos em efetiva tramitação na 1ª Relatoria do citado Colegiado.

Art. 5º - Na redistribuição processual de que trata o art. 4º deverão ser observados os seguintes critérios:

I - Realizar a redistribuição proporcional dos processos em efetiva tramitação nas Turmas Recursais, a fim de que cada nova Relatoria passe a ter acervo equivalente a 1/3 (33,33%) do acervo total considerado.

II - Considerar como processos em efetiva tramitação aqueles em andamento e distribuídos para a Turma Recursal, bem como os remetidos para a Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, para a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e para o Supremo Tribunal Federal, inclusive os feitos julgados, suspensos ou sobrestados, que ainda não foram baixados aos Juizados Especiais Federais.

III - Efetivar a redistribuição mediante sorteio, observando a proporcionalidade entre as situações (Em andamento/Pendente de julgamento/Presidência/Processamento de Pedido de Uniformização/Processamento de Recurso Extraordinário) e fases processuais (segundo categorização utilizada por cada Turma Recursal).

IV - Restringir o sorteio de modo a impedir a redistribuição de feitos:

a) Minutados e já conferidos pelo relator.

b) Pautados para julgamento.

c) Com julgamento iniciado, aguardando retorno de pedido de vista.

d) Julgados e aguardando o decurso do prazo para interposição de recursos – embargos de declaração, pedido de uniformização e recurso extraordinário.

e) Pendentes do julgamento de embargos de declaração.

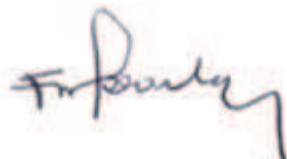
Art. 6º - Apenas dois dos membros de cada Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Justiça Federal da 5ª Região, incluindo o suplente, poderão usufruir afastamento voluntário ou férias por vez.

Parágrafo único - Em situações excepcionais, devidamente justificadas, em especial em razão de convocação de Membro para o exercício de funções jurisdicionais neste Tribunal, poderá o Corregedor-Regional designar Juiz Federal ou Juiz Federal Substituto para o exercício de funções de auxílio nas Turmas Recursais, em caráter temporário.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Fica revogada a Resolução nº 022/2012-TRF5, de 27/11/2012.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francisco Wildo Lacerda Dantas', is centered on the page. The signature is fluid and cursive, with a prominent initial 'F'.

FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS
PRESIDENTE